



Revista Estudos Feministas

ISSN: 0104-026X

ref@cfh.ufsc.br

Universidade Federal de Santa Catarina
Brasil

Karam Follador, Karen

A mulher na agricultura orgânica e em novas ruralidades

Revista Estudos Feministas, vol. 12, núm. 1, jan.-abr., 2004, pp. 303-320

Universidade Federal de Santa Catarina

Santa Catarina, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=38112116>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc

re&alyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe , Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

A MULHER NA AGRICULTURA ORGÂNICA E EM NOVAS RURALIDADES

KAREN FOLLADOR KARAM

Universidade Federal de Santa Catarina



Resumo: Conhecer e reconhecer o papel da mulher agricultora nos novos processos produtivos em curso voltados a atualizar o lugar do rural nas sociedades contemporâneas, a partir do sistema de produção da agricultura orgânica, é a pretensão maior deste trabalho. Interessa identificar as estratégias adotadas pela agricultura familiar para a dinamização e manutenção de modos de viver o meio rural, ao mesmo tempo que interessa identificar as possibilidades de trazer à visibilidade o espaço rural nas sociedades modernas. Nesse contexto é que se pesquisou a agricultura orgânica na Região Metropolitana de Curitiba (RMC), analisou-se quem são os agricultores envolvidos no processo e, dentro dele, buscou-se apontar o papel que a mulher agricultora desempenha, desde o processo produtivo até a sociabilidade necessária à manutenção de um "meio rural vivo", onde a agricultura orgânica aparece como uma estratégia.

Palavras-chave: mulher agricultora, ruralidade, agricultura orgânica.

Introdução

Neste artigo apresentam-se algumas observações sobre o papel da mulher agricultora da Região Metropolitana de Curitiba (RMC) em novos processos que estão ocorrendo no meio rural – assumindo-se a agricultura orgânica como um deles –, os quais têm sido considerados estimuladores à emergência de novas ruralidades¹ na sociedade contemporânea.

A pesquisa que é a fonte das informações aqui presentes não foi direcionada para discutir especificamente as questões de gênero; ela tem uma origem e um tempo determinados.² Contudo, a partir dela se percebeu a pertinência de considerar mais de perto um conjunto de dados que ‘falavam’ da situação da mulher agricultora familiar, nos processos onde está em curso a transição do modelo de produção convencional (baseado no padrão da revolução verde), para formas de produzir baseadas em parâmetros

Copyright © 2004 by Revista Estudos Feministas

¹ A noção sobre ruralidade será apresentada mais adiante. Entretanto, agora o que se quer ressaltar é o seu uso no plural, pois ‘ruralidades’ exprime mais adequadamente a diversidade de processos e arranjos em curso no mundo rural.

² A pesquisa que deu origem a este artigo decorre da tese de doutorado *Agricultura orgânica: estratégia para uma nova ruralidade* (Karen KARAM, 2001).

preconizados pela agricultura sustentável (agricultura orgânica, biodinâmica, agroecológica, entre outras).

O pano de fundo que norteia este trabalho se traduz em duas questões: de um lado, identificar quais as estratégias que vêm sendo adotadas por famílias da agricultura familiar para a dinamização e a manutenção de modos de viver o/na meio rural, tanto as estratégias consideradas tradicionais como aquelas denominadas como neorurais;³ de outro lado, e por consequência, identificar as possibilidades de trazer à visibilidade o espaço rural no contexto das sociedades modernas, contando com a parceria de atores sociais urbanos, técnicos, assessores, intelectuais, bem como consumidores de alimentos 'limpos e saudáveis'.⁴

O que se verificou no decorrer da pesquisa é que a mulher que está participando da agricultura orgânica desempenha um papel fundamental em todo o processo. No campo da produção ela tem sido precursora dentro da unidade familiar, assumindo os desafios de começar algo novo, ao mesmo tempo que desafia a produção convencional ao pôr em prática saberes adquiridos com outras gerações. Muitas vezes é ela quem reintroduz sementes há muito guardadas nas próprias hortas domésticas, testa formas e preparados no cultivo, recupera a cooperação em todas as esferas da produção. É ela que tem garantido a sociabilidade no mundo rural, atuando no espaço privado – na família, na vizinhança, na religiosidade. Ela silenciosamente faz as articulações e 'costuras' do tecido social da unidade familiar, da família extensa e da comunidade. Então, conhecer e desvendar o seu papel em processos de novas ruralidades é entendido aqui como fundamental, e é nessa direção que apontam as considerações apresentadas. Mesmo que essas considerações sejam parciais, espera-se que possam contribuir para o debate em questão.

Este artigo inicia-se situando a pesquisa que deu origem ao trabalho, apresenta uma discussão do que se entende por novas ruralidades e as estratégias de atualização do meio rural nas sociedades contemporâneas, retrata quem são os atores da agricultura familiar da região estudada e como estão produzindo novas ruralidades e termina destacando o papel da mulher agricultora nesse processo.

1. A visibilidade do rural em uma região metropolitana: um problema para pesquisar

Estudar o meio rural em uma região metropolitana⁵ pode parecer, em princípio, um desatino. Contudo, é bastante pertinente à medida que se considera o pano de fundo deste trabalho.

De um modo geral, pensar-se-ia que a própria condição de região metropolitana levaria o foco da análise exclusivamente àqueles problemas relativos ao mundo urbano. Entretanto, aqui reside uma questão que merece ser considerada e mais bem investigada,

³ As características da tipologia aqui empregada são apresentadas a seguir.

⁴ A autora tem atuado nessa perspectiva desde julho de 2000, como fundadora e presidente da Associação de Consumidores de Produtos Orgânicos do Paraná (ACOPA) (2000–2001), em Curitiba, PR; como coordenadora do projeto "Apóio a consumidores de produtos agroecológicos" (CEPAGRO/CFDD/MJ) (2002–2003), em Florianópolis, SC; e da pesquisa sobre comercialização e consumo de produtos agroecológicos na região da Grande Florianópolis (Karen KARAM e Paulo ZOLDAN, 2003).

⁵ "A noção de região metropolitana é muito recente na história da modernidade. É uma forma espacial do século XX, decorrente do processo de crescimento populacional que se verificou em algumas cidades do século anterior, principalmente nos países do norte, onde a industrialização, o desenvolvimento tecnológico e a migração campo–cidade foram fatores determinantes" (KARAM, 2001, p. 70).

A MULHER NA AGRICULTURA ORGÂNICA E EM NOVAS RURALIDADES

pelo menos no que tange a outras regiões similares no Brasil. Ou seja, sabe-se que grande parte das regiões metropolitanas brasileiras,⁶ tanto as antigas como as que estão em recente processo de institucionalização, originam-se das necessidades relacionadas à vida urbana e suas repercussões, no entanto seus territórios se estendem sobre os espaços rurais nelas existentes, os quais têm sido vistos de uma perspectiva meramente funcional: como cinturão verde, do ponto de vista da produção de alimentos; como espaço de lazer, com sítios e chácaras da população urbana; como espaços de preservação ambiental, na maioria das vezes de mananciais reservados ao abastecimento de água para as cidades locais.

Entretanto, grande parte delas se configuraram e ainda se configuram a partir da apropriação dos espaços rurais pela expansão urbana. Muitas ainda guardam em seus limites institucionais amplos territórios rurais, os quais mantêm modos de vida característicos da ruralidade. A RMC é uma situação exemplar dessa condição: é a maior região metropolitana brasileira em termos territoriais, com mais de 13 mil km², e até 2000 com mais de 95% do espaço considerado rural – 38% ocupado por áreas de proteção ambiental (Unidades de Conservação), 25% com atividades agrícolas, 19% ocupado com mata nativa e 14% com reflorestamento. Destaque-se que 60% desse território é considerado área de manancial hídrico.

Do ponto de vista social, há na região uma razoável parcela de população residente com atividades rurais: ao longo dos últimos 50 anos (1950–1996),⁷ a população rural dos 14 municípios que originalmente formaram a RMC⁸ não apresentou decréscimos drásticos, passando de 165 mil para cerca de 103 mil pessoas, ou seja, com uma redução de cerca de 37%, enquanto no mesmo período no estado do Paraná se verificou uma redução de mais de 60% da população rural. Saliente-se que se trata de uma população que ocupa as terras rurais desde meados do século XIX, sendo a maioria descendente dos primeiros imigrantes europeus, de tradição camponesa, que, estimulados pelo Estado, para ali vieram a fim de formar uma estrutura agroalimentar regional.⁹ Até meados da década de 1990 predominava na região a olericultura, que ocupava a terceira posição na produção de hortifrutigranjeiros do país, abastecendo diferentes estados brasileiros. Mais de 80% dos estabelecimentos têm área menor de 50 hectares, onde predomina a exploração pela agricultura familiar, sendo a família não só a proprietária da unidade produtiva, mas também a responsável pela organização, pelo trabalho e pelas decisões.

Em termos políticos, desde o início da década de 1980 emerge na região iniciativas que se contrapõem ao modelo desenvolvimentista da revolução verde e adotam práticas produtivas orientadas por sistemas de produção ‘alternativos’ (assim denominados na época). Os precursores desse movimento são atores urbanos – agrônomos e outros profissionais, militantes e estudantes –, que passam a morar e produzir alimentos no ‘campo’, bem como a estimular famílias agricultoras a também fazerem a transição para tais sistemas

⁶ Em 1973 foram criadas as oito primeiras regiões metropolitanas no Brasil (São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba, Belém e Fortaleza) e a do Rio de Janeiro foi incorporada em seguida. Elas foram consideradas unidades territoriais de caráter político-administrativo, com o objetivo de buscar diretrizes ‘homogêneas’ para o planejamento de territórios assolados pelo processo de urbanização, pelas transformações na estrutura produtiva do campo, pelas modificações nas estruturas do poder federativo brasileiro (COMECA, 1999; e Geraldo SERRA, 1987).

⁷ Segundo dados dos Censos Demográficos de 1950 a 1991 e da Contagem Populacional de 1996 (IBGE).

⁸ Em 1973, com a sua criação, a RMC era composta por 14 municípios, sendo Curitiba a cidade-pólo e mais 13 municípios limítrofes a ela. Na atualidade, já são mais de 25 municípios, muitos desmembrados e outros incorporados à área da RMC.

⁹ Ver Carlos SANTOS, 1992.

de produção, apoiando-se nas possibilidades de sustentabilidade social, econômica, cultural, ambiental e política.

Essas características pareceram suficientes para suscitar as seguintes perguntas: se o espaço rural da RMC é tão expressivo em termos territoriais, se a população nele residente não apresentou taxas significativas de decréscimo populacional, se ali se realiza uma importante produção alimentar, por que então o rural parece tão invisível às políticas públicas, às pesquisas e estudos regionais? Por que os agricultores que ali vivenciam a ruralidade são tão pouco conhecidos no seu modo de viver? Por que alguns desses agricultores estão optando por um outro sistema de produção, abandonando o pacote convencional e dedicando-se à prática da agricultura orgânica?

Tais perguntas se inserem em uma ampla questão que permanece e que busca investigar como é possível reconstruir novas ruralidades nas sociedades contemporâneas, de modo que o rural não seja um contraponto negativo do urbano, tampouco do 'moderno'. É necessário perguntar: quem são os atores, quais projetos e estratégias estão em curso?

No caso da pesquisa aqui apresentada, duas hipóteses norteavam o trabalho: a primeira questionava se havia a emergência de uma nova ruralidade na RMC a partir da agricultura orgânica; e a segunda indagava se a agricultura orgânica, entendida como um projeto social, desenha possibilidades de pôr em interação diferentes atores sociais do meio rural e do urbano, articulando convivências e interpenetrações entre ruralidade e urbanidade.

A partir daí se realizou a pesquisa de campo, entre setembro de 1998 e março de 1999, com 57 famílias de agricultores orgânicos associados à Associação de Agricultura Orgânica do Paraná (AOPA)¹⁰ e residentes em 12 municípios da RMC. As famílias pesquisadas atendiam aos seguintes critérios: a) praticavam a agricultura orgânica há pelo menos seis meses; b) a renda da agricultura orgânica representava 30% da renda familiar; c) pelo menos um dos membros responsáveis praticava a agricultura orgânica em tempo integral. Além das fontes primárias, houve pesquisa em fontes secundárias.¹¹

2. A ruralidade como fio condutor da análise

O que é, afinal, a ruralidade? Neste trabalho ela é entendida como um modo de vida, como uma sociabilidade que é pertinente ao mundo rural, com relações internas específicas e diversas do modo de viver urbano.

Neste trabalho a ruralidade e o rural são entendidos sem distinção. Segundo Francisco Durán,¹² a distinção entre os termos não se constitui em uma questão e, mais do que isso, deve ser ignorada, especialmente quando se investiga uma multiplicidade de aspectos socioculturais, econômicos e ecológicos. A ruralidade

¹⁰ À época da pesquisa de campo, a AOPA era a única associação de agricultores orgânicos situada na RMC e na região centro-sul do Paraná. Havia cerca de 250 famílias cadastradas, organizadas em 17 grupos associados, sendo que do total 87 estavam na RMC organizadas em oito grupos associados.

¹¹ Na coleta de dados nas fontes primárias utilizou-se um questionário, contemplando informações relativas a a) identificação e localização das famílias de agricultores; b) informações socioculturais; c) técnico-agronômicas; d) econômicas; e) ecológicas; e f) político-institucionais. Entre setembro de 1998 e março de 1999, foram feitas entrevistas semi-orientadas com agricultores e coleta de dados da história oral dos atores urbanos ligados ao projeto social da agricultura orgânica na RMC e no Paraná. De julho de 1998 a dezembro de 1999, realizou-se a observação participante em reuniões do Conselho de Representantes dos Grupos Associados da AOPA.

¹² DURÁN, 1998.

A MULHER NA AGRICULTURA ORGÂNICA E EM NOVAS RURALIDADES

es una palabra polisémica y no específica que sugiere una considerable diversidad de imágenes cuando es mencionada [...] Ruralidad es una construcción social contextualizada... Como cualquier otra construcción social, la ruralidad tiene una naturaleza reflexiva; es decir, es el resultado de acciones (o está condicionada por ellas) de sujetos humanos que tienen la capacidad de interiorizar, debatir o reflexionar acerca de las circunstancias y requerimientos socioculturales que en cada situación espacio-temporal se les presentan. La naturaleza reflexiva de la ruralidad se manifiesta en su capacidad para adoptar los influjos de las acciones socioeconómicas endógenas o exógenas que interfieren sobre ella y para adaptarse a los efectos de esas acciones.¹³

Ao assumir a ruralidade como uma construção social no conjunto societário, são enfatizadas e compartilhadas as abordagens que entendem que os estudos sobre a ruralidade devem destacar que se está tratando de "um modo de ser e um modo de viver mediado por uma maneira singular de inserção nos processos sociais e no processo histórico",¹⁴ em que "le rural et l'urbain constituaient deux 'types idéaux' de formes territoriales de la vie sociale, porteurs des singularités malgré la croissante interpénétration des deux mondes".¹⁵ A ruralidade deve ser conhecida nos seus termos e não referida "à cidade, como sua periferia espacial precária, dela dependendo política, econômica e socialmente".¹⁶

Entretanto, a relação entre rural e urbano no âmbito da modernidade tem sido sistematicamente tensionada por um tipo de concepção que valora positivamente o urbano como *locus* privilegiado de realização do que é moderno e do que é o progresso, e negativamente o rural como *locus* do que é tradicional e do que é atrasado. E aqui não se está falando de "espaços rurais marginais" mas do "meio rural vivo".¹⁷ Porém, mesmo que o meio rural esteja integrado à sociedade e ainda que possa ser dotado de paridade social,¹⁸ permanece sendo visto como o *locus* do atrasado, do tradicional.

Por outro lado, a modernidade continua a se surpreender com a manutenção, a permanência, da capacidade de transformação e de mudanças que ocorrem no mundo rural.

Henri Lefebvre, já na década de 1950, chamava a atenção dos sociólogos dizendo que as questões do mundo rural são muito mais diversas e múltiplas do que parecem. Considerava que a sociologia rural, que se debruçava sobre o mundo rural para estudá-lo, tinha uma dívida para com a ruralidade, uma vez que os estudos sociológicos "passaram do estudo dos povos 'primitivos' ao estudo dos meios urbanos e industriais, saltando por cima, por assim dizer, dessa realidade tão vasta no tempo e no espaço".¹⁹

¹³ DURÁN, p. 76-77.

¹⁴ José MARTINS, 2000, p. 1.

¹⁵ Angela FERREIRA e Bruno JEAN, no prelo, p. 18.

¹⁶ Maria de Nazareth WANDERLEY, 1998.

¹⁷ Bernard KAYSER, citado por WANDERLEY, 1999b, p. 25.

¹⁸ WANDERLEY, 2000, menciona que nas sociedades modernas a distância física e social entre habitantes do urbano e do rural foi sendo progressivamente diminuída. Atualmente, observa-se uma paridade econômica e social tanto em relação ao "acesso a bens e serviços modernos, produzidos nos centros urbanos, como a níveis de renda mais próximos aos dos habitantes das cidades". A essa condição refere-se a "modernização rural", que aproxima, por meio de indicadores econômicos e sociais, populações urbanas e rurais. Porém, essas condições não eliminam modos de vida particulares em um ou outro espaço social.

¹⁹ LEFEBVRE, 1986, p. 164.

Na sociologia brasileira, as inquietações sobre os rumos das investigações sobre o rural aparecem nas décadas de 1960 e 70. Florestan Fernandes²⁰ e Maria Isaura Pereira de Queiroz²¹ consideravam que os estudos de sociologia rural no Brasil não falavam da sociedade global brasileira, e o tratamento polarizado nas relações rural–urbano deveria ser encarado como “falso problema”, pois conduzia a explicações falsas ou insolúveis.

Nas duas últimas décadas, esses questionamentos continuam presentes para vários pesquisadores, atualizados pelas transformações recentes e aceleradas no conjunto societário. De um modo bastante amplo, verificam-se duas perspectivas: de um lado, aquela que encontra cada vez mais indícios do desaparecimento das sociedades rurais e, portanto, da sujeição desse espaço social à hegemonia do industrialismo e da urbanização; de outro lado, a que observa os mesmos processos macrosociais mas considera que o mundo rural não se reduz à homogeneização da sociedade contemporânea, pois há particularidades de modos de vida que permitem que sejam observadas permanências, reconstruções, emergências de processos sociais que dão especificidade a essa forma socioespacial que é a ruralidade.

Para aqueles que pesquisam o mundo rural sob a primeira perspectiva, as diferenças entre rural e urbano deixam de existir, e dessa perspectiva considera-se que o campo é cada vez mais identificado com a cidade, submetendo-se à homogeneidade das formas econômicas e sociais de organização e da produção.²² O que se observa, portanto, é uma retomada da teoria do *continuum*, em que processos rurais contemporâneos são uma continuidade espacial dos processos urbanos.

No entanto, este estudo alinha-se à segunda perspectiva, aquela que identifica as transformações profundas por que passa a modernidade, mas entende que o rural não se ‘perde’ nesse processo; ao contrário, reafirma sua importância e particularidade. No dizer de Maria Nazareth Baudel Wanderley, “as diferenças espaciais e sociais das sociedades modernas apontam não para o fim do mundo rural; mas para a emergência de uma nova ruralidade” (grifo da autora).²³

Desde os anos 1980, a perspectiva da emergência de uma nova ruralidade está em curso no debate nacional e internacional: pesquisadores têm elencado elementos que permitem repensar a importância, as especificidades e as particularidades do mundo rural. Nesse contexto é que se observa o uso de algumas designações, tais como: a emergência de uma nova ruralidade, o renascimento do rural, a ruralidade contemporânea, a valorização do meio rural, a ressignificação do rural, etc.²⁴

José de Souza Martins²⁵ fez recentemente um balanço dos estudos relativos ao mundo rural no qual aponta que tanto os pesquisadores como a própria ciência (a sociologia rural e seus sociólogos) têm uma dívida que só poderá ser resgatada na medida em que se busque entender o rural como um meio social qualitativamente diferente do urbano. Diz o autor:

²⁰ FERNANDES, 1972.

²¹ QUEIROZ, 1972.

²² No caso brasileiro, José GRAZIANO DA SILVA, 1996, tem defendido essa tese, baseado principalmente nas estatísticas sobre a ocupação da população economicamente ativa (PEA) rural, que apontam que na metade da década de 1990, na Região Sudeste, mais de 40% dos ocupados no setor primário encontravam-se em atividades não-agrícolas.

²³ WANDERLEY, 2000, p. 4.

²⁴ Essa discussão está em Bernard KAYSER, 1990; Marcel JOLLIVET, 1994 e 1998; DURÁN, 1998; Bruno JEAN, 1997; FERREIRA e JEAN, no prelo; WANDERLEY, 1998, 1999a, 1999b e 2000; Ricardo ABRAMOVAY, 2000; e José MARTINS, 2000.

²⁵ MARTINS, 2000.

A MULHER NA AGRICULTURA ORGÂNICA E EM NOVAS RURALIDADES

a sociologia praticada até o momento foi mais uma sociologia da ocupação agrícola e da produtividade do que uma sociologia propriamente rural [...] Não raro o mundo rural tornou-se objeto de estudo e de interesse de sociólogos rurais pelo 'lado negativo' [...] Não por aquilo que as populações rurais eram e sim por aquilo que os sociólogos gostariam que elas fossem.²⁶

Assim, as reflexões sobre a ruralidade na atualidade exigem o re-conhecimento do rural, tanto nas suas relações com o urbano, como nas suas relações internas e específicas. A possibilidade de se estudar novas ruralidades "supõe, portanto, a compreensão dos contornos, das especificidades e das representações deste espaço rural, entendido, ao mesmo tempo, como espaço físico (referência à ocupação do território e aos seus símbolos), lugar onde se vive (particularidades do modo de vida e referência identitária) e lugar de onde se vê e se vive o mundo (a cidadania do homem rural e sua inserção nas esferas mais amplas da sociedade)".²⁷

A partir dessas reflexões analisa-se a agricultura orgânica como uma estratégia desenvolvida pela agricultura familiar,²⁸ procurando-se destacar o papel que as mulheres agricultoras têm na reconstrução da ruralidade na RMC.

3. A agricultura orgânica como uma estratégia e o papel da mulher

Entre os processos sociais em curso no rural da Região Metropolitana de Curitiba, a adoção do sistema produtivo da agricultura orgânica²⁹ merece destaque, pois se entende que ele fala diretamente de uma das estratégias da agricultura familiar para a manutenção e re-atualização da ruralidade.

A noção de estratégia é entendida neste trabalho nos termos propostos por Pierre Bourdieu,³⁰ como um sentido prático para a reprodução social, o qual pode ser comparável àquele existente em um jogo, "um jogo social particular, historicamente definido", cujas condições para se estar no jogo "se adquire desde a infância, participando de atividades sociais". Entende-se que a possibilidade de se olhar para uma ruralidade emergente e reconstruída por agentes sociais da RMC, para usar os termos de Bourdieu, resulta das condições adquiridas por esses agentes, o que lhes permite fazer e refazer "uma invenção permanente, indispensável para se adaptar às situações indefinidas e variadas, nunca perfeitamente idênticas".³¹

Entretanto, percebeu-se que as estratégias individuais de agricultores orgânicos da RMC se entrecruzaram e se reestruturaram na medida em que um conjunto deles, estabelecendo alianças com outros setores sociais, fundaram a AOPA. A associação, que atuava em várias frentes, como atividades para organização dos grupos de agricultores,

²⁶ MARTINS, 2000, p. 1-2.

²⁷ WANDERLEY, 2000, p. 2.

²⁸ A agricultura familiar é aqui entendida nos termos propostos por Hugues Lamarche, para quem a família é a gestora de decisão, organização e direção nos rumos da unidade produtiva. A noção de agricultura familiar se assenta no tripe "família-produção-trabalho". O caráter familiar é que permite que se estabeleça a diferença entre a agricultura patronal e a familiar. A agricultura familiar resulta da combinação de diferentes formas sociais, no tempo e no espaço, entretanto ela "não é um elemento da diversidade, mas contém, nela mesma, a diversidade" (LAMARCHE, 1993, p. 18).

²⁹ A designação 'agricultura orgânica' está sendo utilizada neste trabalho no sentido de englobar as demais denominações e correntes do campo da agricultura sustentável – agricultura biodinâmica, agroecologia, permacultura, agricultura biológica, agricultura natural. Não se pretende aqui apresentar ou discutir as diferenças entre cada uma delas.

³⁰ BOURDIEU, 1990.

³¹ BOURDIEU, 1990, p. 79.

assistência técnica nos processos produtivos, formação e capacitação para os grupos, comercialização da produção, relação com instituições elaboradoras de políticas públicas para o setor,³² colaborou para que se estabelecessem novas relações e afinidades entre grupos do meio rural e do urbano, trazendo à visibilidade a ruralidade da RMC.

A AOPA como entidade representativa, os agricultores familiares orgânicos propriamente ditos, os técnicos, intelectuais e profissionais de setores urbanos e os consumidores de alimentos orgânicos interagem como atores na construção de um projeto de identidade social³³ para o rural emergente, tendo como base a produção de alimentos, atividade clássica do mundo rural. A ação empreendida por esses agentes ocorre em um contexto mais amplo, voltado a uma agricultura social e ambientalmente mais justa, que valoriza a ruralidade como um espaço de produção social.

3.1 Tradicional e neorural – uma tipologia do/a agricultor/a orgânico/a da RMC

Dentro do universo dos 57 estabelecimentos da agricultura orgânica pesquisados na RMC, é no âmbito da família que se toma a decisão e são discutidas a organização e a direção de todos os aspectos relativos às atividades produtivas e sociais. Essa condição constitui um importante patrimônio sociocultural de ruralidade que agricultores e agricultoras podem transmitir às gerações futuras.

As famílias pesquisadas não se caracterizam como um segmento social homogêneo, embora pertençam à ampla categoria social da agricultura familiar. Hughes Lamarche³⁴ apresenta uma tipologia que busca retratar a diversidade entre os agricultores familiares segundo as diferentes lógicas existentes nas unidades agrícolas – desde as lógicas regidas somente pela demanda da família até aquela em que a produção se norteia por uma racionalidade empresarial capitalista. Essa tipologia contribuiu para a compreensão das famílias orgânicas aqui analisadas. Entretanto, o principal parâmetro que caracterizou tais famílias foi encontrado a partir da *trajetória de vida do responsável pela unidade produtiva*, o que as configurou em dois grandes grupos: agricultor/a tradicional e agricultor/a neorural.

³² A AOPA, no decorrer destes últimos anos, vem redefinindo suas funções, e, entre aquelas que deixou de executar, está a comercialização, incrementando seu papel mais como uma entidade assessorada na formação e capacitação dos grupos de agricultores.

³³ Aqui está se entendendo identidade nos parâmetros apontados por Manuel, quando menciona a idéia de *identidade de projeto*. Segundo o autor, essa identidade se dá “quando atores sociais, utilizando-se de qualquer tipo de material cultural ao seu alcance, constroem uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade e, ao fazê-lo, de buscar a transformação de toda a estrutura social” (CASTELLS, 2000, p. 23-24).

³⁴ LAMARCHE, 1993, p. 22.

A MULHER NA AGRICULTURA ORGÂNICA E EM NOVAS RURALIDADES

QUADRO 1 – TIPOLOGIA DO/A AGRICULTOR/A ORGÂNICO/A NA RMC

AGRICULTOR/A TRADICIONAL	AGRICULTOR/A NEORURAL
<p>Aquele/a que tem uma trajetória de vida que se reproduz material, social e culturalmente no meio rural. Na sua maior parte, são descendentes de imigrantes europeus do final do século XIX. São agricultores/as familiares, heterogêneos como segmento social, especialmente no que diz respeito ao grau de integração na economia de mercado. Há desde o/a produtor/a de subsistência até o empresário/a rural com a produção voltada às demandas do mercado.</p>	<p>É uma noção em processo de construção. Assume-se que é o/a agricultor/a que, “por uma livre escolha, bem precisa e particular, decide não mais morar na cidade e não mais trabalhar em profissões urbanas, resolvendo se mudar para o campo e trabalhar na agricultura ou na criação de animais”.³⁵ O “neo-ruralismo” é um conceito que surgiu na França, no final dos anos 1960, como um movimento de contracultura. No Brasil suas dimensões são ainda pouco conhecidas.</p>

Em 57 das famílias agricultoras entrevistadas na RMC, 32 (56%) pertencem ao grupo do/a agricultor/a tradicional e as outras 25 (44%) ao grupo do/a agricultor/a neorural.

No quadro 2 demonstra-se o conjunto de variáveis que possibilitaram a elaboração da tipologia do/a agricultor/a orgânico/a, tomando como referência a origem e a trajetória do agricultor/a.

³⁵ Segundo Gian GIULIANI, 1990, p. 60, o/a agricultor/a neorural é ainda pouco discutido como uma noção. Embora em nosso país sejam precários os estudos sobre esses agricultores, verifica-se sua presença em diferentes regiões, e suas motivações permanecem as mesmas daquelas manifestas pelo movimento francês que deu origem à noção. Ou seja, o que parece é que aqui também se aspira a “relações diretas com a natureza, ciclos produtivos e tempo de trabalho mais longos e menos rígidos, ar puro e tranqüilidade, assim como o desejo de relações sociais mais profundas, e sobretudo a autodeterminação” (GIULIANI, 1990, p. 59).

QUADRO 2 – TIPIFICAÇÃO DO/A AGRICULTOR/A ORGÂNICO/A DA RMC, SEGUNDO A ORIGEM E A TRAJETÓRIA DO AGRICULTOR/A

Variáveis de composição do indicador de diferenciação dos/as agricultores/as orgânicos/as da RMC	Grupo de agricultor/a (em %)	
	Tradicional	Neorural
Número absoluto de agricultores/as entrevistados/as	32	25
1 – Nasceu na área rural	100	35
2 – Nasceu na área urbana	-	65
3 – Tempo na agricultura		
Menos de 5 anos	-	40
5 a 10 anos	-	30
10 a 15 anos	10	30
15 a 20 anos	25	-
Mais de 20 anos	65	-
4 – Pais eram agricultores	50	29
5 – Avós eram agricultores	100	54
5 – As Terras atuais são da família de origem	70	16
6 – As terras atuais foram adquiridas nos últimos 10 anos	10	84
7 – Nunca saiu da atual propriedade	60	-
8 – Migração no interior da ruralidade	40	-
9 – Migração do urbano para o rural	-	100

FONTE: PESQUISA DE CAMPO, EM 1998 E 1999

No quadro a seguir, apresenta-se uma síntese do perfil dos dois grupos de agricultores/as orgânicos/as da RMC, em que se verificam características do grupo e do universo pesquisado.

A MULHER NA AGRICULTURA ORGÂNICA E EM NOVAS RURALIDADES

QUADRO 3 – PERFIL-SÍNTSE DOS/AS AGRICULTORES/AS ORGÂNICOS/AS DA RMC

Agricultor/a tradicional	Agricultor/a neorural
<ul style="list-style-type: none"> > Mais de 90% são casados/as. > 37% têm entre 40 e 49 anos. > 50% têm escolaridade até a 4ª série do 1º grau. > Mais de 85% são proprietários/as do estabelecimento. > 60% têm estabelecimento até 10 hectares. > 75% praticam agricultura orgânica há menos de 2 anos. > 6% consideram ótima a integração entre as atividades do estabelecimento e os recursos naturais. > 30% têm outras fontes na composição da renda familiar, com algum dos cônjuges exercendo atividade fora do meio rural. > 19% têm renda maior do que 20 salários mínimos. *> 100% exercitam a sociabilidade na localidade, participando e atuando na igreja, em festas e eventos locais, em entidades de classe e associações. > A terra é um importante patrimônio para os agricultores. > Mais de 80% transmitirão as terras para os filhos e esperam que os mesmos no futuro permaneçam morando e vivendo no meio rural. 	<ul style="list-style-type: none"> > 36% são solteiros/as. > 64% têm entre 29 e 39 anos. > 72% têm escolaridade até o 3º grau. > Mais de 85% são proprietários/as do estabelecimento. > 60% têm estabelecimento até 10 hectares. > 60% praticam a agricultura orgânica há mais de 5 anos. > 20% considera ótima a integração entre as atividades do estabelecimento e os recursos naturais. > 52% têm outras fontes na composição da renda familiar, e normalmente um dos cônjuges permanece com alguma atividade no meio urbano. > 44% têm renda maior do que 20 salários mínimos. *> A sociabilidade local se dá principalmente por meio da participação nos grupos de associados à AOPA. > A terra é um importante patrimônio para a maioria dos agricultores. > 60% pretendem transmitir a terra como patrimônio para os filhos, entretanto mais de metade deles preferem não se manifestar quanto ao futuro dos filhos.

* Na época da pesquisa (novembro de 1998 a março de 1999), o salário mínimo correspondia a R\$ 130,00 (cento e trinta reais).

3.2 O papel da mulher na agricultura orgânica da RMC

Algumas situações que chamaram a atenção no decorrer da pesquisa sobre o papel da mulher agricultora orgânica da Região Metropolitana de Curitiba são expostas aqui ainda de maneira exploratória, uma vez que não foram objeto de uma análise mais detalhada. Embora a pesquisa tenha chegado a dois tipos de famílias de agricultores/as, praticamente todas as considerações que vêm a seguir destacam a atuação da mulher

agricultora do grupo dos tradicionais, se não por outra razão, mas pelo fato de se reconhecer seu papel no universo rural, o que ainda não se verificou com as mulheres do grupo dos/as neorurais. Como já se mencionou anteriormente, nossas considerações têm a principal função de sinalizar para futuras pesquisas com melhor aprofundamento.

A mulher como responsável pela unidade de produção orgânica

Do conjunto das famílias pesquisadas verificou-se que em 70% dos estabelecimentos os homens são os responsáveis pelo sistema de produção na agricultura orgânica, entretanto em 30% das unidades produtivas as mulheres já se apresentam como a principal responsável. Essa condição toma formas diferenciadas no interior de cada grupo de agricultores/as.

Nas famílias dos tradicionais, a participação dos homens é um pouco maior, em 80% dos estabelecimentos. Contudo, é neste segmento que se verificou como o papel da mulher tem sido representativo, pois no mínimo em 50% das unidades pesquisadas foram as mulheres que assumiram as primeiras responsabilidades quanto à conversão do sistema de produção convencional para o orgânico. No decorrer da pesquisa houve vários relatos em que os membros destacavam que foram as mulheres que assumiram a decisão pelos 'primeiros riscos' na conversão, iniciando a instalação e preparação de pequenas hortas nos arredores da casa, buscando as primeiras orientações técnicas, fazendo os primeiros preparados utilizados para o processo produtivo, experimentando novas sementes. Na maioria dessas situações elas também colheram os frutos das primeiras produções e, além disso, foram as responsáveis pela comercialização.

Entretanto, à medida que os homens das famílias percebiam os resultados obtidos, tanto na produção como na renda auferida, muito rapidamente passaram a assumir um papel mais decisivo no processo produtivo. Embora as mulheres continuassem a trabalhar na produção, o que se verificou é que gradualmente elas deixaram de participar da maioria das atividades fora da propriedade, como as reuniões de formação e organização, como aquelas ligadas à comercialização, lugar que foi sendo ocupado pelos homens.

Além do seu papel no processo decisório da transição para a agricultura orgânica, as mulheres são as grandes responsáveis pela 'guarda' de muitas das sementes existentes nas hortas domésticas. Conforme relatam as mulheres, essas sementes foram trazidas pelos 'mais' velhos, seus antepassados. Como as hortas sempre foram de responsabilidade das mulheres, e como a introdução do sistema da agricultura orgânica na RMC se deu com o cultivo das hortaliças, há várias situações em que se verificou o uso de tais sementes nas propriedades, como no caso do alho, da chicória, do funcho, de outras folhosas, de temperos e até de algumas frutíferas.

Entre as famílias de agricultores neorurais verifica-se outra tendência: as mulheres são as principais responsáveis pela unidade produtiva orgânica em 40% das situações pesquisadas. Essa condição decorre em grande parte pelo fato de um dos cônjuges, o homem, ter um trabalho regular fora da propriedade rural. A maior parte deles exerce alguma atividade no meio urbano, sendo as mais recorrentes aquelas desempenhadas em algumas instituições públicas, empresas privadas, estabelecimentos de ensino e entidades não-governamentais ou atividades de autônomo/prestador de serviços.

Acredita-se que a condição das mulheres agricultoras de precursoras em novos processos produtivos não se limita à situação observada na pesquisa aqui apresentada. Julga-se pertinente que se aprofunde a investigação em iniciativas semelhantes que estão ocorrendo no meio rural, com o objetivo de melhor identificar e delimitar o papel e a

atuação das mulheres agricultoras em tais processos. Que tais pesquisas possam estar direcionadas para que se busquem mecanismos de fortalecimento do papel das mulheres, bem como evidenciem as possibilidades de se manterem efetivamente participando das conquistas obtidas nos empreendimentos em que são precursoras.

As atividades da mulher no sistema de produção

Como já se mencionou, em vários estabelecimentos a mulher é a responsável pela unidade de produção, casos em que ela está presente ou coordena todas as atividades existentes. A principal colaboração nessas situações vem dos filhos menores, os quais têm responsabilidades distintas, segundo a idade e as possibilidades.

Um fato interessante que se verificou entre algumas mulheres do grupo dos tradicionais foi a produção cooperada. Em um dos municípios há propriedades cuja estrutura fundiária já chegou ao limite da divisão por herança, e por conseguinte restam pequenas parcelas para a produção. Em quatro dessas propriedades as mulheres resolveram atuar em conjunto, desde o planejamento da produção, a preparação da terra e o plantio até a colheita, a comercialização e a divisão dos lucros do trabalho.

É uma situação bastante peculiar, cuja iniciativa partiu das próprias mulheres, que persistem em mantê-la por entenderem que é a única forma de produzirem reconhecendo as limitações, principalmente pelo tamanho das propriedades.

Além das próprias atividades agropecuárias, em todas as propriedades onde se faz algum tipo de processamento da produção – conservas, molhos, geléias, derivados de leite (manteiga, queijos, coalhadas) –, as mulheres é que são as responsáveis pelo trabalho.

As mulheres, os saberes e a ruralidade

Outra observação que merece destaque refere-se ao campo dos saberes, seja na aquisição de conhecimento por meio da educação formal, seja dos saberes tradicionais, transmitidos de geração a geração.

Nas famílias do grupo dos tradicionais, em 58% das situações os filhos que residem na propriedade rural têm idade inferior a 14 anos; 35% deles têm entre 15 e 29 anos; e os outros 7%, acima de 30 anos. A distribuição por sexo dos filhos é equilibrada, e o que chama a atenção é que, de modo geral, são as filhas dos agricultores, mais do que os filhos, que têm sido persistentes no que se refere à continuidade dos estudos regulares. Na maior parte das vezes, aquelas que têm idade superior a 15 anos estão concluindo ou já concluíram o ensino fundamental (até a oitava série), e cursam ou pretendem cursar pelo menos o ensino médio.

Em geral elas repetem menos os anos escolares, são mais assíduas na freqüência à escola, e não é incomum verificar pelos relatos das próprias filhas a disposição em se manter estudando. Essa situação é aprovada particularmente pelas mães, mas também pelos próprios pais, que vêm na aquisição de anos de estudo uma possibilidade de obter outras colocações em termos de trabalho e renda.

Entre as famílias dos tradicionais pesquisadas, identificou-se uma situação em que uma das filhas é estudante universitária, no curso de Agronomia da Universidade Federal do Paraná. Ela foi a promotora na família do processo de conversão para o sistema de produção orgânico e é também a responsável pela transmissão de novas informações para seus pais e irmãos/ás.

Entretanto, mesmo com uma maior formação educacional, a maioria das filhas permanece residindo com os pais e mantendo todo tipo de sociabilidade no mundo rural – participando das festas, das atividades religiosas, mantendo relações familiares, de

amizade e afetivas. Aquelas que eventualmente já residiram fora da propriedade relatam que não gostaram da experiência, que preferem a vida no 'campo', junto da família.

No caso dos neorurais, de modo geral os/as filhos/as são ainda pequenos, com idade inferior a 10 anos. Naquelas famílias em que os/as filhos/as são adolescentes, em muitos casos se mantém dupla residência, principalmente para que permaneçam estudando e/ou até trabalhando em Curitiba. Nessas famílias a relação com o meio rural é estabelecida principalmente pela vontade dos adultos, e grande parte dos/as filhos/as não manifestam relações de sociabilidade com o meio rural.

No que se refere aos saberes tradicionais, aqueles passados oralmente entre as gerações, verifica-se um predomínio do papel da mulher quanto ao conhecimento sobre os cuidados com a saúde. Em mais de 70% das famílias dos tradicionais, os conhecimentos transmitidos pelas mães, pelas avós, pelas antepassadas são muito importantes. E são as mulheres adultas que dominam o repertório das queixas e a 'cura' para tudo, manipulando ervas e plantas medicinais para a confecção de chás, pomadas e xaropes para os mais distintos males, desde os desconfortos do corpo – dores de barriga, de dente, de cabeça, as gripes e resfriados, etc. – até os da alma ou dos 'nervos' – como as ansiedades, as angústias, os nervosismos em geral.

Porém, se grande parte das mulheres agricultoras entrevistadas veio ao mundo pelas mãos de uma parteira local, o mesmo não se verificou com seus filhos. A geração das atuais mulheres adultas tem sido bastante influenciada pela medicina oficial, a tal ponto que praticamente todos os seus filhos nasceram em hospitais/maternidades locais. De um modo geral, o que se pode deduzir é que, com o desestímulo aos partos realizados por parteiras, o conhecimento das poucas que existem na região certamente será perdido em um curto espaço de tempo.

Situação inversa é a das benzedeiras, que ainda estão presentes em todos os municípios da RMC. Recorre-se aos seus conhecimentos principalmente no que tange aos 'males das crianças', como cólicas, os sustos, os choros, etc. No caso dos adultos, elas são mais procuradas para cuidar dos 'males dos nervos', que acometem muitos dos agricultores.

Nas famílias dos tradicionais é predominante (em 84% dos casos) a descendência em segunda ou terceira geração (netos ou bisnetos) de imigrantes camponeses italianos, poloneses e alemães, principalmente. E parte dessa origem se manifesta na culinária praticada pelas mulheres agricultoras; nos cuidados com a casa, desde a limpeza e organização até a confecção de determinadas peças decorativas como toalhinhas de crochê, tapetes, etc. Contudo, se parte desse conhecimento ainda se mantém com as mulheres rurais, não é em todas as famílias que as filhas têm aprendido, ou melhor, desenvolvido os aprendizados. Isso se deve em parte às 'facilidades' de consumo dos bens industrializados que, além de disponíveis, são sistematicamente anunciados e valorizados pelos meios de comunicação.

A sociabilidade como requisito para a ruralidade

No decorrer da pesquisa ficou claro que as possibilidades de emergirem novas ruralidades têm uma relação estreita com aquelas comunidades que já desenvolveram algum nível de organização. Nesse sentido, aparece novamente o papel da mulher, fundamental na manutenção da trama do tecido social existente.

A pesquisa revelou que as mulheres participamativamente das atividades organizativas sem caráter político, ou seja, é no campo da religião e das relações familiares que elas desempenham sua ação para a manutenção da sociabilidade de forma mais contundente, particularmente as agricultoras do grupo dos tradicionais.

A MULHER NA AGRICULTURA ORGÂNICA E EM NOVAS RURALIDADES

Todas as famílias do grupo dos tradicionais praticam alguma religião, com predominância dos católicos, que representam 90% das situações. O espaço semanal da missa é o lugar dos encontros, das trocas entre parentes e vizinhos, entre aqueles que estão fora e vêm em visita e as pessoas da comunidade. As mulheres, na sua maioria, são as responsáveis por manter ‘acesa’ a religiosidade no seio das famílias, participando também ativamente de vários grupos dedicados aos trabalhos de orientação religiosa, como catequese, cursos de batismo, casamento, grupos de reflexão, bem como trabalhos desenvolvidos pelas pastorais – da família, da terra, da criança e do adolescente. As filhas também se envolvem nas atividades religiosas, dedicando-se aos trabalhos com crianças e jovens e participando dos corais e grupos de jovens.

No que tange às relações familiares e entre vizinhos, as mulheres também desempenham um papel fundamental. Elas procuram freqüentar com assiduidade a casa dos pais, que se transforma no lugar do encontro semanal, pelo menos das mulheres. É ali que se busca apoio para situações de dificuldade, que se têm notícias dos parentes, que se trocam informações de toda ordem, mantendo-se e articulando-se a coesão do grupo social e da própria comunidade.

Embora na atualidade algumas mulheres participem de outras estruturas organizativas, como os sindicatos rurais e as associações comunitárias e de produção, o papel delas é mais evidente naqueles espaços de domínio privado, como os da religião, da família, da vizinhança. É nesses espaços que elas ‘costuraram’ o tecido social, apaziguando ânimos e desafetos que porventura comprometam ou venham a esgarçar a sociabilidade.

Nesse sentido, é importante conhecer com mais detalhes o que representa essa atuação das mulheres na sociabilidade, re-valorizando seu papel na esfera do mundo privado, como um exercício de articulação e de participação fundamental para a própria ruralidade.

Considerações finais

Desde o início deste artigo, procurou-se elaborar algumas considerações sobre o papel da mulher em um processo produtivo – a agricultura orgânica –, processo no qual tem dado mostras a sua capacidade em suscitar a emergência de novas formas de se estar e viver o rural.

Ao se registrar brevemente o que se entende por ruralidade e ao se privilegiar algumas considerações apresentadas aqui, pretendeu-se propiciar que o próprio leitor vislumbre o papel que as mulheres vêm desempenhando nesse processo, particularmente aquelas que têm toda a sua trajetória no mundo rural, aqui designadas como sendo do grupo dos tradicionais. Destacou-se a prontidão da mulher para exercitar novas formas de produzir, em que ela pode inclusive recuperar saberes que são parte de seu patrimônio sociocultural, atuando como um sujeito social que interage e não está à mercê de pacotes tecnológicos prontos e acabados.

Esse exercício pode se estender a novas formas de rearticular a cooperação e a troca no que tange ao processo produtivo propriamente dito, partilhando-se assim trabalho, terra, instrumentos e insumos, bem como os resultados no momento da comercialização. Tal exercício já é conhecido pela prática na manutenção da sociabilidade entre os segmentos sociais locais, seja pela ligação com a religião, seja pelos laços de parentesco e vizinhança, o que vem permitindo no decorrer do tempo a organização dinâmica do tecido social.

Saberes aqreendidos no tempo, fruto da história, e saberes adquiridos, fruto dos esforços no tempo recente, permitem às mulheres do meio rural se re-atualizarem, se re-

colocarem socialmente. Práticas produtivas que abarcam a manifestação das mulheres agricultoras e dão espaço a elas parecem se anunciar como importantes no âmbito da reflexão sobre as novas ruralidades, e o desafio está então em aprender com elas, conhecendo o papel que estão desempenhando, bem como as formas que arranjam para estimular e institucionalizar esse movimento. Talvez aqui resida uma ponte para buscar a articulação do outro eixo que orientou a pesquisa, o da visibilidade do mundo rural nas sociedades contemporâneas, ou seja, será isso possível quando essas mulheres agricultoras forem também visibilizadas?

Referências bibliográficas

- ABRAMOVAY, Ricardo. *Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo*. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Disponível em: www.ipea.gov.br/publicações. Texto para Discussão, n. 702, jan. 2000.
- BOURDIEU, Pierre. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 2000. v. I.
- COMECA (Coordenadoria da Região Metropolitana de Curitiba/PR). "COMECA: 25 anos de planejamento metropolitano". *Metrópolis em Revista*, Curitiba, ano 01, n. 1, dez. 1999.
- CEPAGRO (Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo). *Apoio a consumidores de produtos agroecológicos*. Florianópolis: CEPAGRO, maio 2003. Relatório final.
- DURÁN, Francisco E. "Viejas y nuevas imágenes sociales de ruralidad". *Estudios Sociedad e Agricultura*, Rio de Janeiro: UFRRJ/CPDA, n. 11, p. 76-98, out. 1998.
- FERNANDES, Florestan. "Anotações sobre o capitalismo agrário e a mudança social no Brasil". In: SZMRECSANYI Tamás; QUEDA, Oriovaldo (Orgs.). *Vida rural e mudança social: leituras básicas de sociologia rural*. São Paulo: Nacional, 1972. p. 105-120.
- FERREIRA, Angela D. D.; JEAN, Bruno. *La reconstruction de la ruralité: une approche entre le Québec, Canada et le Paraná, Brésil*. No prelo.
- GIULIANI, Gian, M. "O novo estilo dos velhos modelos". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro: ANPOCS, n. 14, p. 59-67, out./jan. 1990.
- GRAZIANO DA SILVA, José. "O novo rural brasileiro". In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 34., 1996, Aracaju. *Anais...* Aracaju, 1996. v. 1, p. 71-90.
- IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). *Censo demográfico*. Rio de Janeiro: IBGE, 1950.
- _____. *Censo demográfico*. Rio de Janeiro: IBGE, 1991.
- _____. *Contagem populacional*. Rio de Janeiro: IBGE, 1996.
- JEAN, Bruno. *Territories d'avenir: pour une sociologie de la ruralité*. Québec: Université du Québec, 1997.
- JOLLIVET, Marcel. "Agricultura e meio ambiente: reflexões sociológicas". *Estudos Econômicos*, São Paulo: IPE, v. 24, n. especial, p. 183-198, 1994.
- _____. "A vocação atual da sociologia rural". *Estudos Sociedad e Agricultura*, Rio de Janeiro: UFRRJ/CPDA, n. 11, p. 5-25, out. 1998.
- KARAM, Karen F. *Agricultura orgânica: estratégia para uma nova ruralidade*. 2001. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba.
- _____. "A agricultura orgânica como estratégia de novas ruralidades: um estudo de caso na Região Metropolitana de Curitiba". In: V ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO e V SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO SOBRE INVESTIGAÇÃO E EXTENSÃO EM SISTEMAS AGROPECUÁRIOS, 20 a 23 maio 2002, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis, 2002. Disponível em: www.planetaorganico.com.br.

A MULHER NA AGRICULTURA ORGÂNICA E EM NOVAS RURALIDADES

- _____. "O consumo de alimentos saudáveis: a experiência da Associação de Consumidores de Produtos Orgânicos do Paraná – ACOPA". In: V ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO e V SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO SOBRE INVESTIGAÇÃO E EXTENSÃO EM SISTEMAS AGROPECUÁRIOS, 20 a 23 maio 2002, Florianópolis. Anais... Florianópolis, 2002. Disponível em: www.planetaorganico.com.br.
- _____. "Agricultura orgânica: estratégia para uma nova ruralidade". In: NÚCLEO DE ESTUDOS AGRÁRIOS E DESENVOLVIMENTO RURAL (NEAD). Prêmio NEAD de estudos agrários: incentivando a produção científica para o desenvolvimento rural. Brasília: MDA/NEAD, nov. 2002. CD de divulgação.
- _____. (Coord.). "Produto agrocológico: para quem não quer só comida". In: CEPAGRO. Florianópolis: CEPAGRO, abr. 2003. Cartilha.
- _____. "Comercialização, consumo e consumidor de produtos agroecológicos: um estudo de caso na Região da Grande Florianópolis". In: I CONGRESSO BRASILEIRO DE AGROECOLOGIA, IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE AGROECOLOGIA e V SEMINÁRIO ESTADUAL SOBRE AGROECOLOGIA, 18 a 21 nov. 2003, Porto Alegre. Anais... Porto Alegre, 2003.
- KARAM, Karen F.; ZOLDAN, Paulo. Comercialização e consumo de produtos agroecológicos – Grande Florianópolis. Florianópolis: Instituto CEPA/SC, 2003.
- KAYSER, Bernard. *La renaissance rurale: sociologie des campagnes du monde occidental*. Paris: A. Colin, 1990.
- LAMARCHE, Hugues (Coord.). *A agricultura familiar*. Campinas: Unicamp, 1993.
- LEFEBVRE, Henri. "Perspectivas da sociologia rural". In: MARTINS, José de Souza (Org.). *Introdução crítica à sociologia rural*. São Paulo: Hucitec, 1986. p. 163-177.
- MARTINS, José de Souza (Org.). *Introdução crítica à sociologia rural*. São Paulo: Hucitec, 1986.
- _____. "O futuro da sociologia rural e sua contribuição para a qualidade de vida rural". In: CONGRESSO MUNDIAL DA ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE SOCIOLOGIA RURAL, 10., ago. 2000, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Sociologia, 2000.
- QUEIROZ, Maria Isaura P. "Do rural e do urbano no Brasil". In: SZMRECSANYI, Tamás; QUEDA, Oriovaldo (Orgs.). *Vida rural e mudança social: leituras básicas de sociologia rural*. São Paulo: Nacional, 1972. p. 160-176.
- SANTOS, Carlos R. A. *Alimentar o Paraná Província: a formação da estrutura agro-alimentar*. 1992. Tese (Concurso para Professor Titular em História do Brasil) – Departamento de História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba.
- SERRA, Geraldo. *O espaço natural e a forma urbana*. São Paulo: Nobel, 1987.
- WANDERLEY, Maria de Nazareth B. *O lugar do rural*. Texto preparado para o ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 22., 1998. Fotocópia.
- _____. "Raízes históricas do campesinato brasileiro". In: TEDESCO, João Carlos *Agricultura familiar: realidades e perspectivas*. Passo Fundo: EdUPF, 1999a. p. 23-56.
- _____. *Olhares sobre o "rural" brasileiro*. Recife, Universidade Federal de Pernambuco, out. 1999b. Fotocópia.
- _____. "A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o "rural" como espaço singular e ator coletivo". *Estudos Sociedades e Agricultura*, Rio de Janeiro: UFRRJ/CPDA, n. 15, p. 87-146, 2000.

The Role of the Woman Farmer in the Emergency of New Ruralities: Notes from the Organic Farming

Abstract: The main pretension in this work is to get to know and to recognize the role of the woman farmer in the new productive processes that update the place of the rural in the contemporary societies. The starting point is the organic farming system. One interests to identify the strategies adopted by the family farming for increasing and supporting ways of living the rural world. At the same time, one interests to identify the possibilities to make the rural space – in the context of the modern societies – visible. In this context, one researched the organic farming in the urban area of Curitiba (RMC). One analyzed who are the farmers involved in the process, and inside of it, one tried to indicate what is the role of the woman farmer, from the productive process to the necessary sociability to keep an “alive rural world” where the organic farming appears as a strategy.

Key words: woman farmer, rurality, organic farming.